

Fitoterápicos e plantas medicinais na prática dos profissionais de saúde em Unidades de Estratégia Saúde da Família

Phytotherapies and medicinal plants in the practice of health professionals in Family Health Strategy units

Estela Karoline Dias Caboclo¹, Janaina Berça Santos², Andressa Rodrigues de Sousa², Alana Oliveira Bordin², Ludiele Souza Castro³, Helen Cristina Fávero Lisboa⁴

¹Especialista pelo Programa de Residência Multidisciplinar em Saúde da Família – PREMSAF pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR); ²Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de Rondonópolis (UFR);

³Doutora em Doenças Infecciosas e Parasitárias pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, UFMS;

⁴Doutora em Biotecnologia pela Universidade Estadual Paulista, UNESP, Instituto de Química, Araraquara.

Resumo

Introdução: o uso da fitoterapia como alternativa terapêutica, tem aumentado, no entanto ainda existem lacunas no conhecimento sobre o tema, o que impede a completa adesão da prática por parte dos profissionais de saúde. **Objetivos:** este trabalho teve como objetivo verificar o conhecimento sobre a prática da fitoterapia por profissionais de saúde em unidades de Estratégia Saúde da Família (ESF). **Metodologia:** foi realizado um estudo quantitativo, transversal, com aplicação de questionário contendo perguntas sobre a fitoterapia. Além disso, foi também desenvolvida uma análise descritiva, com frequência relativa e absoluta e análise de correlação através do teste de qui-quadrado de Pearson, utilizando teste de regressão binomial e multinomial. **Resultados:** participaram da pesquisa, 156 profissionais de saúde, distribuídos em 20 ESF do município de Rondonópolis-MT, sendo 24 enfermeiros, 8 médicos, 7 odontólogos, 4 farmacêuticos, 6 psicólogos, 10 técnicos em enfermagem, 88 agentes comunitários de saúde, 7 técnicos em saúde bucal, 1 técnico de farmácia e 1 educador físico. Destaca-se que 58% não souberam explicar a diferença entre fitoterápicos e plantas medicinais, 52% não sabiam realizar orientações nem citar o nome de medicamentos proveniente das plantas (53%), 88% não fizeram curso ou disciplina na área. No entanto, 86% tem interesse em se qualificar no assunto. Dentre os profissionais prescritores, 72,1% afirmaram prescrever raramente ou não prescrever a fitoterapia em sua prática profissional. **Conclusão:** evidenciam-se falhas no conhecimento sobre a fitoterapia e a necessidade de capacitação aos profissionais que atuam nas ESF, de forma a se sentirem seguros para prescrever e orientar quanto aos riscos e benefícios do uso das plantas como alternativa terapêutica.

Palavras-chave: Fitoterapia. Estratégia Saúde da Família. Atenção Primária à Saúde.

Abstract

Introduction: the use of phytotherapy as a therapeutic alternative has increased, however there are still gaps in knowledge on the subject, what stopping the full adherence to the practice by health professionals. **Objectives:** this work aimed to verify the knowledge about the practice of herbal medicine by health professionals in Family Health Strategy Units (FHS). **Method:** A quantitative study was carried out, cross-sectional study, with the application of a questionnaire containing questions about herbal medicine. In addition, a descriptive analysis was also carried out, using relative and absolute frequency and correlation analysis through Pearson's chi-square test, using binomial and multinomial regression test. **Results:** 156 health professionals participated in the research, distributed in 20 FHS in the city of Rondonópolis-MT, 24 nurses, 8 doctors, 7 dentists, 4 pharmacists, 6 psychologists, 10 nursing technicians, 88 community health agents, 7 technicians in oral health, 1 pharmacy technician and 1 physical educator. It is noteworthy that 58% could not explain the difference between herbal medicines and medicinal plants, 52% did not know how to provide guidance or mention the name of medicines derived from plants (53%), 88% did not take a course or discipline in the area. However, 86% are interested in qualifying in the subject. Among the prescribing professionals, 72.1% stated that they rarely or didn't prescribe phytotherapy in their professional practice. **Conclusion:** there is evidence of gaps in knowledge about herbal medicine and the need for training professionals working in the FHS, in order to feel safe to prescribe and guide about the risks and benefits of using plants as a therapeutic alternative.

Keywords: Phytotherapy. Family Health Strategy. Primary Health Care.

INTRODUÇÃO

O uso medicinal das plantas faz parte das práticas da humanidade há muito tempo, sendo usada como alternativa terapêutica desde a pré-história, onde o homem

iniciou a busca, no ambiente, de métodos para tratar as doenças através da utilização de produtos naturais. Dessa forma, o uso das plantas medicinais se correlaciona com conhecimento popular, aquele que é transmitido verbalmente entre indivíduos da mesma comunidade, ou seja, um conhecimento empírico (ALMEIDA *et al.*, 2018).

Atualmente, os conhecimentos ancestrais transmitidos sobre a fitoterapia, foram substituídos pelos avanços industriais, no entanto, apesar do processo de industrialização

Correspondente/Corresponding: *Helen Cristina Fávero Lisboa – End: Universidade Federal de Rondonópolis – Av. dos Estudantes, 5055 – Cidade Universitária, Rondonópolis-MT. CEP 78.736-900 – Telefone: (66) 3410-4092 / (66) 3410-4095 – E-mail: helcrisiq@yahoo.com.br

zação, o uso de plantas é frequente em inúmeras comunidades, muitas vezes sendo o único recurso terapêutico disponível, portanto, permanecem contribuindo no mundo todo para o tratamento de diferentes patologias (SILVA *et al.*, 2017).

Ressalta-se que é considerado fitoterápico o produto adquirido de matéria-prima vegetal ativa, podendo ser na sua forma simples, quando possui apenas um ativo de espécie vegetal, ou composto, quando possui mais de um ativo vegetal, de mais de uma espécie em sua composição, para fins profiláticos, curativos ou paliativos. A planta medicinal, é uma espécie vegetal aplicada para fins terapêuticos; classificada como fresca, aquela espécie que não passou por qualquer processo de secagem, usada após sua coleta. (BRASIL, 2014).

Em países em desenvolvimento, estima-se que 80% da população utiliza as plantas como práticas aos cuidados de saúde (BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2016). O crescimento do uso da fitoterapia pode estar relacionado ao valor econômico, aos frequentes efeitos colaterais da medicina tradicional e, ainda, à cultura sobre a crença popular de que produtos naturais são inofensivos (VARGAS *et al.*, 2019). No entanto, deve-se ter cautela no consumo, e sua utilização na terapêutica deve ser realizada mediante conhecimento de suas finalidades, modo de preparo e administração, uma vez que o uso inadequado pode acarretar em reações adversas e intoxicações (SILVA *et al.*, 2017).

Na década de 1990, após criação do Sistema Único de Saúde (SUS), observou-se um aumento do interesse pela fitoterapia no SUS, com aumento expressivo após a criação da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) e da Política Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicas (PNPMF) em 2006, que tem como objetivo assegurar o uso racional e seguro nesta prática (HARAGUCHI *et al.*, 2020). Desde então, a fitoterapia vem se destacando no âmbito da política nacional de saúde (RIBEIRO, 2019).

Enquanto política do SUS, o uso dessa prática visa direcionar as ações do cuidado, dando suporte ao profissional da saúde para prescrever e orientar quanto ao uso correto e racional (SOUZA; FONSECA; MADALENA, 2020). Dentro da PNPIC, a fitoterapia e as plantas medicinais estão entre as práticas mais buscadas na Atenção Primária à Saúde, fazendo-se necessário que os profissionais que ocupam esses serviços estejam capacitados para incentivar o uso seguro dessa terapêutica, e neste cenário a necessidade de inclusão do conteúdo na formação em Saúde (MARTINS *et al.*, 2018).

Apesar do avanço da prática, a maioria dos profissionais de saúde não teve contato com a fitoterapia durante sua formação, o que gera a insegurança para prescrever e orientar sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicas, pois não conhecem a atividade farmacológica, efeitos adversos, interações medicamentosas e toxicidade de plantas e outras informações relevantes a respeito do uso adequado (LOPES; OBICI; ALBIERO, 2012).

Estudos apontam que grande parte dos profissionais não está preparada para orientar sobre o uso da fitoterapia, ocasionando um prejuízo para o serviço, uma vez que a medicina complementar e alternativa é uma boa opção econômica (NASCIMENTO JÚNIOR *et al.*, 2016).

Neste contexto, o presente estudo teve como objetivo verificar o conhecimento dos profissionais de saúde das unidades de estratégia saúde da família (ESF) sobre a prática da fitoterapia como alternativa terapêutica, visando ações futuras com intuito de instruir, conscientizar e capacitar os profissionais em relação ao uso adequado das plantas medicinais e fitoterápicas.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter quantitativo com delineamento transversal, não experimental, por meio de avaliação exploratória e descritiva. Deu-se início à coleta de dados após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos da Universidade Federal de Rondonópolis (parecer 3.965.739; CAAE: 27172519.7.0000.8088).

A amostra do estudo foi por seleção não probabilística, do tipo amostragem por conveniência com profissionais da saúde atuantes nas ESFs da zona urbana e residentes que atuam nas unidades ESF do município de Rondonópolis. Todos os participantes aceitaram participar da pesquisa, assinando para tal o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, através da resolução 466 de 12 de dezembro 2012. Desta forma, o estudo foi constituído por enfermeiros, médicos, técnicos de enfermagem, odontólogos, técnicos de saúde bucal, agentes comunitários de saúde, farmacêuticos, psicólogos, técnico de farmácia e educador físico.

Caracterizou-se como critérios de exclusão dos profissionais envolvidos na pesquisa, os profissionais de saúde que não atuam na ESF ou não se encontravam na ESF no momento da realização de pesquisa.

A coleta de dados ocorreu entre novembro de 2020 a julho de 2021, por meio de entrevistas com os profissionais de saúde atuantes nas Estratégias da Saúde da Família localizadas na cidade de Rondonópolis (MT). A entrevista foi realizada individualmente para cada profissional e foi norteadas por um questionário semiestruturado contendo perguntas abertas e/ou fechadas sobre a fitoterapia. A aplicação do questionário aconteceu dentro das próprias instituições, em local reservado, garantindo a privacidade do participante.

Considerando a Pandemia por COVID-19 iniciada em 2020, nos meses de fevereiro a março de 2021, devido ao aumento do número de casos, os dados foram coletados por meio do questionário transcrito para Google Forms, e o link gerado foi enviado ao responsável pela unidade, no entanto devido a baixa adesão optou-se por retornar a realização de entrevistas presenciais.

Os dados obtidos foram digitalizados em forma de banco de dados através do programa Microsoft Excel, sendo realizada uma análise descritiva, utilizando frequ-

ência relativa e absoluta. A análise de correlação foi realizada com teste de qui-quadrado de Pearson, com nível de significância de $p < 0,05$ e nível de confiança de 95%, utilizando teste de regressão binomial e multinomial, no programa estatístico JASP 0.14.1.0.

RESULTADOS

A amostra deste estudo foi constituída por 156 profissionais de saúde, distribuídos em 20 ESF do município, sendo 24 enfermeiros, 8 médicos, 7 odontólogos, 4 farmacêuticos, 6 psicólogos, 10 técnicos em enfermagem, 88 agentes comunitários de saúde (ACS), 7 técnicos em saúde bucal, 1 técnico de farmácia e 1 educador físico.

Dentre os participantes da pesquisa, 58% (91) afirmaram não saber a diferença entre fitoterápicos e plantas medicinais e 53% (83) não sabem citar o nome de algum fitoterápico (Tabela 1). Aos que responderam sim à pergunta anterior (47%), era solicitado citar o nome e a indicação terapêutica de algum fitoterápico, e muitos mencionaram Camomila, Boldo, Erva Cidreira, Guaco, Passiflora, Valeriana, Ginkgo Biloba (Tabela 2).

Em relação à posologia, 47% (74) relataram não saber e 42% (65) sabem parcialmente, valendo destacar que dos 8 médicos entrevistados, foram 6 os que responderam negativamente. Além desse desconhecimento por parte dos profissionais, 88% (138) deles relataram nunca ter realizado cursos ou disciplina na área (Tabela 1).

Quanto aos riscos do uso indiscriminado de fitoterápicos e plantas medicinais 53% (83) afirmaram saber, sendo citado majoritariamente à alergia, intoxicação e efeitos colaterais. Saliencia-se um significativo percentual de 47% (73) que assumiram não saber os riscos do uso indevido da fitoterapia, entre eles 50% (4) dos médicos, e 57% (4) dos odontólogos. Ao serem questionados se sabem

realizar a orientação de uso, riscos e benéficos, 52% (81) disseram não saber e 36% (56) sabem parcialmente. Um percentual de 86% (134) tem interesse em se qualificar no assunto, 58% (89) confia parcialmente na efetividade dos produtos naturais na cura das doenças e 47% (74) afirmaram ter o hábito pessoal de utilizar fitoterápicos e plantas medicinais (Tabela 1).

Foi possível observar diferença estatística entre os grupos quanto à capacidade de reconhecimento da diferença entre fitoterápico e planta medicinal ($p = 0,045$), entre quem cursou disciplina na área de plantas medicinais e fitoterápicos ($p < 0,001$), assim como entre quem domina a posologia e conhece as orientações sobre o uso correto, riscos e benefícios de cada planta em relação a quem sabe parcialmente ou não conhece esses parâmetros ($p < 0,001$) (Tabela 1).

Houve também diferença estatística observada nos indivíduos que afirmaram confiar parcialmente ou plenamente na efetividade dos produtos naturais na cura das doenças em relação aos que afirmaram não ter confiança ($p < 0,001$). No que diz respeito ao hábito pessoal de usar fitoterápicos ou plantas medicinais, também houve diferença entre quem respondeu não utilizar quando comparado aos grupos que afirmaram fazer uso, independente da frequência ($p < 0,001$) (Tabela 1).

Um percentual de 42% (65) de toda a amostra respondeu não prescrever ou indicar os produtos naturais para tratamento de patologias, e 37% (58) o fazem raramente (Tabela 1), com diferença estatística quando comparado aos que prescrevem ou indicam produtos naturais para tratamento de patologias ($p < 0,001$). Também foi possível observar diferença entre os grupos sobre o interesse em se qualificar no assunto ($p < 0,001$) (Tabela 1).

Tabela 1 – Distribuição dos profissionais de saúde das ESF quanto ao conhecimento sobre a prática da fitoterapia, Rondonópolis, 2020-2021.

| Pergunta | Resposta | N (156) | % | IC 95%* | p** |
|---|--------------|---------|----|--------------|--------|
| Sabe a diferença entre fitoterápico e planta medicinal? | Não | 91 | 58 | 50 – 66 | 0,045 |
| | Sim | 65 | 42 | 34 – 50 | |
| Sabe citar algum medicamento proveniente de plantas medicinais (fitoterápicos)? | Não | 83 | 53 | 45 – 61 | 0,471 |
| | Sim | 73 | 47 | 39 – 55 | |
| Sabe a posologia para cada planta a ser utilizada? | Não | 74 | 47 | 61,4 – 86,7 | < .001 |
| | Parcialmente | 65 | 42 | 52,8 – 77,7 | |
| | Sim | 17 | 11 | 10,1 – 26,3 | |
| Durante a formação, fez algum curso ou disciplina na área de plantas medicinais e fitoterápicos? | Não | 138 | 88 | 82 – 93 | <.001 |
| | Sim | 18 | 12 | 7 – 18 | |
| Conhece o risco do uso indiscriminado da fitoterapia e plantas medicinais? | Não | 73 | 47 | 39 – 55 | 0,471 |
| | Sim | 83 | 53 | 45 – 61 | |
| Sabe fazer orientações aos pacientes sobre o uso correto, riscos e benefícios do uso de fitoterápicos e plantas medicinais? | Não | 81 | 52 | 68,3 – 93,6 | <.001 |
| | Parcialmente | 56 | 36 | 44,3 – 68,6 | |
| | Sim | 19 | 12 | 11,7 – 28,6 | |
| Nível de confiança na efetividade dos produtos naturais na cura das doenças. | Não confia | 7 | 4 | 2,84 – 14,1 | <.001 |
| | Parcialmente | 89 | 58 | 76,3 – 101,3 | |
| | Plenamente | 60 | 38 | 48,0 – 72,7 | |

| Pergunta | Resposta | N (156) | % | IC 95%* | p** |
|--|----------------------|---------|----|--------------|-------|
| Tem o hábito pessoal de usar fitoterápicos ou plantas medicinais? | Às vezes | 55 | 35 | 43.34 – 67.5 | <.001 |
| | Não | 27 | 17 | 18.3 – 37.7 | |
| | Sim | 74 | 47 | 61.5- 86.7 | |
| Prescreve ou indica produtos naturais para tratamento de patologias? | Frequentemente | 33 | 21 | 23.4 – 44.3 | 0.004 |
| | Não prescreve/indica | 65 | 42 | 52.8 – 77.7 | |
| | Raramente | 58 | 37 | 46.1 – 70.6 | |
| Tem interesse em se qualificar no assunto? | Não | 22 | 14 | 9 – 21 | <.001 |
| | Sim | 134 | 86 | 79 – 91 | |

Fonte: Dados da pesquisa

IC 95%: intervalo de confiança a 95%; * Teste qui-quadrado de Pearson

Tabela 2 – Plantas mencionadas pelos entrevistados quando questionados se sabiam citar o nome de algum fitoterápico e sua indicação terapêutica

| Nome Citado | Indicação Terapêutica | N | % |
|---------------|-----------------------|----|-------|
| | Calmanete | 10 | 21,28 |
| Boldo | Digestivo | 2 | 4,25 |
| Erva Cidreira | Calmanete | 9 | 19,14 |
| Guaco | Gripe/expectorante | 10 | 21,28 |
| Passiflora | calmanete | 8 | 17,02 |
| Valeriana | ansiedade | 2 | 4,25 |
| Ginkgo Biloba | Memória | 5 | 10,64 |

É importante lembrar que a prescrição pode ser feita por médicos, odontólogos, farmacêuticos e enfermeiros, de acordo com as legislações estabelecidas por cada conselho. Dentre os prescritores (43), os que não prescrevem ou prescrevem raramente somam 72,1% (31), dos quais 19,3% são médicos, 6,5 % farmacêuticos, 16,1% odontólogos e 58,1% enfermeiros (Tabela 3).

Tabela 3 – Distribuição dos profissionais prescritores (N=43) de produtos naturais para o tratamento de patologias. Rondonópolis, 2020-2021.

| Profissões | N(%) | Prescreve | | | p-valor* |
|---------------|--------|----------------|-----------|---------------|----------|
| | | Frequentemente | Raramente | Não prescreve | |
| Médicos | 8(19) | 2(25) | 2(25) | 4(50) | 0,901 |
| Odontólogos | 7(16) | 2(28,6) | 3(42,8) | 2(28,6) | |
| Farmacêuticos | 4(9) | 2(50) | 1(25) | 1(25) | |
| Enfermeiros | 24(56) | 6(25) | 10(41,7) | 8(33,3) | |

Fonte: Dados da pesquisa

* Teste qui-quadrado de Pearson

Para os profissionais não prescritores participantes da pesquisa (N=113), considerou-se apenas a indicação da fitoterapia, dos quais afirmaram não fazer indicação 50 % (9) dos profissionais de nível técnico, 66,6% (4) dos psicólogos indicando raramente e o educador físico que relatou não indicar. No caso das ACS, um percentual de 44,3% (39), afirmou não indicar por falta de conhecimento sobre o assunto e não ser permitido essa prática em sua profissão (Tabela 4).

Tabela 4 – Distribuição dos profissionais não prescritores (N=113) quanto a prática da indicação de produtos naturais para o tratamento de patologias. Rondonópolis, 2020-2021.

| Profissões | N(%) | Indica | | | p-valor* |
|-----------------|--------|----------------|-----------|------------|----------|
| | | Frequentemente | Raramente | Não indica | |
| Técnicos | 18(16) | 4(22,2) | 5(27,8) | 9(50) | 0,622 |
| ACS | 88(78) | 16(18,2) | 33(37,5) | 39(44,3) | |
| Psicólogos | 6(5) | 1(16,7) | 4(66,6) | 1(16,7) | |
| Educador Físico | 1(1) | 0(0) | 0(0) | 1(100) | |

Fonte: Dados da pesquisa

* Teste qui-quadrado de Pearson

DISCUSSÃO

Como esperado, verifica-se que os ACSs encontram-se em maior número na amostra, no entanto, deve-se ressaltar sua importância além do aspecto quantitativo, uma vez que são os responsáveis pelas visitas domiciliares e muitas vezes pelo primeiro contato do indivíduo com um profissional do serviço, tendo ele maior contato com os moradores da área da ESF. Nessa perspectiva, os ACSs

são essenciais para o planejamento de ações no serviço envolvendo a inserção da fitoterapia na atenção primária (DO MONTE *et al.*, 2021).

Nesta pesquisa, a maioria dos participantes (58%) afirmaram desconhecer a diferença entre fitoterápicos e plantas medicinais, com relevância estatística, dado semelhante ao encontrado por Nascimento Júnior *et al.* (2016) em pesquisa realizada em ESFs de Petrolina-PE,

onde 45,9% dos médicos, cirurgiões dentistas e enfermeiros afirmaram conhecer a definição correta de produto fitoterápico. Neste mesmo estudo de Nascimento Júnior *et al.* (2016), sugere-se que a melhor formação na área da fitoterapia pode ser evidenciada por profissionais graduados em instituições públicas, um dado não pesquisado em nosso estudo.

Aos participantes que afirmaram saber o nome de algum fitoterápico, foi solicitado que citasse o nome e a indicação terapêutica, no entanto, os que responderam (camomila, boldo, erva cidreira entre outros), são consideradas plantas medicinais e não fitoterápicos, o que sugere que exista um desconhecimento sobre o significado dos termos.

Destaca-se que a maior parte dos entrevistados relatou saber parcialmente (42%) ou não saber a posologia a ser utilizada (47%), nem fazer as orientações de uso aos pacientes (52%), com diferença estatisticamente significativa quando comparado aos profissionais que afirmaram dominar e realizar essas orientações. Este dado é bastante alarmante, uma vez que a ESF tem o papel de promover assistência à saúde, e uso das plantas medicinais esta presente na cultura brasileira. Tais resultados podem sugerir a falta de conhecimento e o contato com o tema, concordante com o resultado que mostra que a maioria dos profissionais entrevistados (88%) nunca realizou cursos ou disciplinas na área. Tais afirmações demonstram a necessidade de capacitações dos profissionais de ESF, uma vez que são a porta de entrada para o cuidado à saúde, além de possuir vínculo direto com a comunidade (DO MONTE *et al.*, 2021).

O conhecimento, é a base para o profissional se sentir apto e seguro para aplicar uma prática no seu cotidiano. Lopes, Obici e Albiero, (2012) em seu estudo em uma ESF de Maringá-PR, observa que 87% dos profissionais entrevistados não prescrevem ou prescrevem eventualmente, e relata que a maioria não sente segurança em prescrever, devido à falta de informações sobre as plantas, seus efeitos colaterais, interações com outros medicamentos e toxicidade, o que corrobora também com o presente estudo, onde um percentual de 47% da amostra assumiu não saber os riscos do uso indevido da fitoterapia, um percentual preocupante quando se trata de profissionais de saúde que deveriam ser multiplicadores da prática da fitoterapia racional nas ESF e portanto devem ter o conhecimento a respeito de determinada planta a ser utilizada, seus riscos e benefícios (DO MONTE *et al.*, 2021).

Neste contexto, vale destacar que possivelmente esta insegurança pode acarretar na não prescrição ou na indicação de forma rara dos produtos naturais para tratamento de patologias, observado pela diferença estatística quando comparado aos que prescrevem ou indicam esses produtos no tratamento das doenças ($p < .001$).

Nascimento Júnior *et al.* (2016) evidenciaram em sua pesquisa em ESFs de Petrolina-PE, que 53,57% dos profissionais de saúde não sabiam orientar os pacientes sobre a forma de utilização das plantas medicinais. Um

resultado semelhante também encontrado por Do Monte *et al.* (2021) em unidades de saúde de Campina Grande-PB onde apenas 32, 3% de seus entrevistado responderam que se sentem capacitados para prescrever e orientar os pacientes sobre o uso das plantas medicinais e fitoterápicos e por Mendes *et al.* (2018), que encontraram, um percentual de 77% dos profissionais de ESFs de uma cidade do Mato Grosso, afirmando não saber fazer orientações sobre o uso correto da fitoterapia.

A orientação de um profissional da saúde junto ao paciente vem a ser fundamental para garantir a adesão, a forma correta de uso, para alertar sobre a possibilidade de interações medicamentosas e riscos de toxicidade. É necessário enfatizar que a utilização indevida das plantas medicinais ou fitoterápicos pode induzir a graves danos ao organismo, em especial quando existem fatores de risco que configuram uma contra indicação para o uso. Diante desse cenário, as orientações adequadas aos usuários são indispensáveis para reduzir os riscos à saúde e garantir a segurança e eficiência do fitoterápico/planta medicinal para cada patologia.

Portanto, existe a necessidade de se qualificar no assunto, uma vez que é perceptível que a fitoterapia é uma das práticas complementares de maior procura, e os profissionais de saúde sentem a necessidade de adquirir ou aperfeiçoar seus conhecimentos, evidenciado neste estudo a partir da manifestação do interesse pela maior parte dos profissionais participantes em se qualificar no assunto ($p < .001$), visando a adesão segura da prática em sua profissão. Tais resultados corroboram com outros estudos que mostram que um percentual acima de 90% dos profissionais tem interesse em aprender mais sobre plantas medicinais (LOPES; OBICI; ALBIERO, 2012; MATTOS *et al.*, 2018), uma vez que, a maioria não sente segurança em prescrever esse tipo de medicamento justamente em decorrência da falta de informações sobre as plantas, seus efeitos colaterais, interações com outros medicamentos e toxicidade.

Embora devidamente legalizadas, a fitoterapia e as demais PICS estão à margem da formação profissional. Sua inserção na grade curricular dos cursos em instituições de ensino superior tem sido apontada como insuficiente, lembrando que as disciplinas ofertadas são em sua maioria informativas, e não formativas (TESSER; SOUSA; NASCIMENTO, 2018).

Ressalta-se que os profissionais que trabalham segundo os critérios biomédicos são também os que aplicam as diferentes PICS, e neste contexto, a oferta da prática depende de conhecimento prévio ou da formação no serviço (RODRIGUES; CAMPOS; SIQUIIRA, 2020). A grande demanda por atendimento nas unidades de saúde dificulta o afastamento do profissional para as atividades de capacitação, e, além disso, tais atividades quando oferecidas pela gestão não permitem maior aprofundamento (SOUSA; TESSER, 2017).

Diante deste cenário, contempla-se a importância dos profissionais atuantes nas ESF, apropriarem-se das

práticas complementares, e que recebam a devida capacitação para prescrever fitoterápicos e conseqüentemente a comunidade terá maior segurança no uso, além de ser uma opção terapêutica pautada na clínica ampliada (ALMEIDA *et al.*, 2018).

Em estudo realizado por Mattos *et al.* (2018), em Blumenau-SC, com médicos, enfermeiros, odontólogos, técnicos de enfermagem e técnicos de saúde bucal, os participantes responderam afirmativamente quando questionados se acreditam no efeito terapêutico das plantas e fitoterápicos, dado também encontrado em nosso estudo e por Fontenele *et al.* (2013) em ESFs de Teresina-PI, que afirmam que os profissionais da saúde confiam na eficiência das plantas como alternativa terapêutica, o que culmina no interesse pelo assunto e o desejo da busca por esclarecimento acerca do uso racional, interações medicamentosas e efeitos adversos.

Em nosso estudo a maioria dos profissionais considerados prescritores (médicos, odontólogos, farmacêuticos e enfermeiros) disse não prescrever a fitoterapia para seus pacientes, semelhante ao encontrado no estudo de Lopes, Obici e Albiero (2012) no quais médicos e enfermeiros, relataram que prescrevem eventualmente, resultado também concordante com outro trabalho que mostra que um percentual de 71,42% dos profissionais da saúde não costuma prescrever fitoterápicos na ESF (NASCIMENTO JÚNIOR *et al.*, 2021b). Embora alguns avanços sobre o tema sejam reconhecidos pelos profissionais de saúde, os resultados demonstram que a principal lacuna existente neste processo pode ser a falta de qualificação dos profissionais (MENDES *et al.*, 2018). Em outras pesquisas, contextualiza-se que os profissionais não se sentem capacitados para a prescrição ou indicação, apresentando justificativas como: “Não tenho conhecimento”, “Não obtive orientações nesse aspecto” “Não fiz capacitação específica” (NASCIMENTO JÚNIOR *et al.*, 2016; DO MONTE *et al.*, 2021).

No trabalho descrito por Rodrigues e colaboradores (2020) ressalta-se que a formação de médicos e enfermeiros é insuficiente para a consolidação da fitoterapia nas unidades de saúde, e embora a maioria reconheça sua prática essencial as ESFs, esta é ainda pouco utilizada devido à lacunas na formação acadêmica, insegurança e demanda da população por terapias medicamentosas de curto prazo.

Grande percentual de profissionais da área da saúde possuem conhecimento insuficiente sobre a fitoterapia, fato que os torna inaptos para aderir a prática, prescrevendo e orientando seus pacientes quanto ao uso correto e os riscos efeitos adversos e interações medicamentosas (FRANCA *et al.*, 2021). Dessa forma, é essencial que estudantes da área de saúde se capacitem, aprendam e valorizem a o uso das plantas como uma alternativa terapêutica, que as comparem com as demais formas de tratamento existentes e possam ter autonomia para inserir em sua rotina profissional o uso da fitoterapia.

No Brasil, falhas na formação dos profissionais vêm a ser um dos principais motivos influenciadores da prescrição, no entanto, outros fatores podem comprometer a prática, como a disponibilidade do produto na rede, o uso excessivo de medicamentos alopáticos pela população e até questões relacionadas à legitimidade da prescrição por enfermeiros (RODRIGUES; CAMPOS; SIQUEIRA, 2020).

No caso dos enfermeiros das ESFs, estes desempenham outras funções além da assistência, como atividades administrativas, de organização e liderança de toda unidade e equipe, o que vem a ser um obstáculo devido a sobrecarga de trabalho, o que dificulta a participação nos cursos de capacitação que lhes são oferecidos.

Dentre os profissionais não prescritores, estes alegam não indicar por falta de conhecimento sobre o tema, e no caso dos ACSs estas ainda relatam que a indicação não é permitida em sua prática profissional.

Estudo realizado com ACSs da zona rural e urbana no município de Petrolina-PE, demonstra que a indicação de plantas medicinais ocorre prioritariamente na zona rural (70,6%), pressupondo que o uso de plantas medicinais é mais utilizado por essa população e salienta a necessidade de educação continuada, para que os conhecimentos empíricos dos ACS, sejam complementados através do conhecimento científico (NASCIMENTO JÚNIOR *et al.*, 2021a). Destaca-se que as ACSs possuem importante atuação sobre educação e saúde relacionada às plantas medicinais, uma vez que a proximidade com as famílias permite essa troca de conhecimento sobre a fitoterapia, e que os usuários muitas vezes não relatam a utilização deste tratamento para outros profissionais de saúde (ALENCAR *et al.*, 2019).

Ressalta-se que as ACS não fazem qualquer tipo de prescrição, mas são responsáveis pelo acompanhamento dos pacientes. A formação em PICs viabiliza um papel mais ativo da ACS no cuidado ao paciente, por meio, por exemplo, de hortas medicinais comunitárias cultivadas em algumas unidades de saúde, oportunizando momentos para falar sobre essa opção terapêutica (RODRIGUES; CAMPOS; SIQUEIRA, 2020).

Neste estudo vale ressaltar duas importantes limitações. Trata-se de uma amostragem aleatória por conveniência e devido a realização da coleta de dados ocorrer no período da pandemia por COVID-19, muitos profissionais encontravam-se afastados ou remanejados para outros setores, dificultando o encontro de todos eles na unidade no momento em que os pesquisadores estariam presentes para a realização da entrevista. Outro fator a ser considerado é que alguns não aceitaram participar da pesquisa, justificando à falta de tempo devido as demandas da unidade e dessa forma, por um motivo ou outro, muitos profissionais deixaram de participar da pesquisa.

CONCLUSÃO

O presente estudo sugere que os profissionais não possuem o conhecimento necessário para a adesão à prá-

tica da fitoterapia, existindo a necessidade da introdução de disciplinas e cursos voltados aos profissionais da área da saúde, acerca do tema, uma vez que 88% dos profissionais relatam que não tiveram contato com a fitoterapia e 86% apresentam interesse em se qualificar no assunto.

A fitoterapia faz parte das práticas alternativas e complementares em saúde, e ao ser ofertado este cuidado ao paciente na Estratégia de Saúde da Família, poderá aumentar o vínculo entre profissionais e paciente, e como consequência a diminuição no uso indiscriminado de plantas medicinais e fitoterápicos, com a redução dos riscos de intoxicações, e interações medicamentosas.

Portanto, a realização de educação permanente com os profissionais de saúde é a base para uma melhor comunicação entre paciente e o serviço de saúde. Muitas vezes o paciente não relata o uso da fitoterapia por insegurança em dialogar sobre o tema com o profissional, ressaltando que nesta pesquisa mais de 50% dos profissionais não se sentem qualificados a realizar orientações dessa natureza. Dessa forma, os profissionais devem obter conhecimento sobre a fitoterapia para se sentirem capacitados a orientar, prescrever e evidenciar os riscos sobre o uso indiscriminado, além de que, a fitoterapia é uma prática de baixo custo, de fácil acesso e bem aceita pela sociedade devido às tradições.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, B. R. *et al.* Conhecimento dos agentes comunitários de saúde de um município baiano sobre plantas medicinais. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, [s.l.], v. 16, n. 34, p. 66-84, 2019.

ALMEIDA, J. D.S *et al.* A Fitoterapia no Centro de Saúde da Família: Um olhar sobre Prácas Integravas no VER-SUS. **Saúde em Redes**, [s.l.], v. 4, n. 1, p. 193-204, 2018.

BRASIL. RDC nº 26, de 13 de maio de 2014. Regulamenta o registro de Medicamentos Fitoterápicos (MF) e o registro e a notificação de Produtos Tradicionais Fitoterápicos (PTF). **Diário oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 14 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política e Programa Nacional de Plantas Mediciniais e Fitoterápicos**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 190 p.

DO MONTE, N. L. *et al.* Práticas e saberes em fitoterapia entre os profissionais de saúde de Unidades Básicas de Saúde no Município de Campina Grande, PB. **Res. Soc. Dev.**, Chicago, v. 10, n. 5, p. e29310514928-e29310514928, 2021.

FONTENELE, R. P. *et al.* Fitoterapia na Atenção Básica: olhares dos gestores e profissionais da Estratégia Saúde da Família de Teresina (PI), Brasil. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 2385-2394, 2013.

DE FRANCA, M. A. *et al.* O uso da Fitoterapia e suas implicações The use of herbal medicine and its implications. **Brazilian Journal of Health Review**, [s.l.], v. 4, n. 5, p. 19626-19646, 2021.

HARAGUCHI, L. M. M. *et al.* Impacto da Capacitação de Profissionais da Rede Pública de Saúde de São Paulo na Prática da Fitoterapia. **rev. Bras. Educ. Méd.**, Rio de Janeiro, v. 44, 2020.

LOPES, M. A; OBICI, S; ALBIERO, A. L. M. Conhecimento e intenção de uso da fitoterapia em uma Unidade Básica de Saúde. **Interfaces Científicas**, Aracajú, v. 1, n. 1, p. 53-59, 2012.

MARTINS, R. D. *et al.* Estruturação do espaço farmácia viva na Universidade Federal de Pernambuco como estratégia para formação em fitoterapia. **Vittalle**, Rio Grande, v. 30, n. 1, p. 182-191, 2018.

MATTOS, G. *et al.* Plantas medicinais e fitoterápicos na Atenção Primária em Saúde: percepção dos profissionais. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 23, p. 3735-3744, 2018.

MENDES, V. A. *et al.* Avaliação do uso de produtos naturais na prática do profissional de saúde. **Saúde**, Santa Maria, v. 44, n. 1, p. 1-8, 2018.

NASCIMENTO JÚNIOR, B. J. *et al.* Avaliação do conhecimento e percepção dos profissionais da estratégia de saúde da família sobre o uso de plantas medicinais e fitoterapia em Petrolina-PE, Brasil. **Rev. Bras. Plantas Med.**, Botucatu, v. 18, n. 1, p. 57-66, 2016.

NASCIMENTO JÚNIOR, B. J. *et al.* Comparação dos conhecimentos entre agentes comunitários de saúde de zonas rurais e urbanas sobre o tratamento com plantas medicinais. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 217-230, 2021a.

NASCIMENTO JÚNIOR, B. J. *et al.* Percepções sobre o uso de plantas medicinais por profissionais de áreas rurais e urbanas em cidade no nordeste do Brasil. **Revista Fitos**, Rio de Janeiro v. 15, n. 2, p. 231-241, 2021b.

RIBEIRO, L. H. L. Análise dos programas de plantas medicinais e fitoterápicos no Sistema Único de Saúde (SUS) sob a perspectiva territorial. **Ciênc. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 1733-1742, 2019.

RODRIGUES M. L; CAMPOS C. E. A; SIQUEIRA B. A. A fitoterapia na Atenção Primária à Saúde segundo os profissionais de saúde do Rio de Janeiro e do Programa Mais Médicos. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, [s.l.], v. 9, n. 4, p. 28-50, 2020.

SILVA, N. C. S. *et al.* A utilização de plantas medicinais e fitoterápicos em prol da saúde. **Única cadernos acadêmicos**, [s.l.], v. 3, n. 1, 2017.

SOUZA I. M. C; TESSER C. D. Medicina tradicional e complementar no Brasil: inserção no Sistema Único de Saúde e integração com a atenção primária. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, 2017

SOUZA, N. D. D; FONSECA, H. M; MADALENA, L. J. D. A. A importância da formação do profissional de enfermagem sobre o cuidado no uso de fitoterápicos e plantas medicinais: uma revisão sistemática. **Multidebates**, [s.l.], v. 4, n. 6, p. 270-282, 2020.

TESSER, C. D.; SOUSA, I. M. C. D.; NASCIMENTO, M. C. Práticas integrativas e complementares na atenção primária à saúde brasileira. **Saúde em debate**, Londrina, v. 42, p. 174-188, 2018.

VARGAS, E. C. A. *et al.* Uso de plantas com fins terapêuticos por usuários de uma unidade pré-hospitalar pública de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil. **Revista De Pesquisa: Cuidado é Fundamental**, Rio de Janeiro, p. 1129-1134, 2019.

Submetido em: 18/01/2022

Aceito em: 10/08/2022